



Análise Social, 257, LX (4.º), 2025, 2-12

Descolonizar a descolonização: explorando perspectivas cívicas ativistas sobre trajetórias pós-coloniais em Angola e Moçambique. Este texto procura refletir sobre as políticas públicas de recordação e celebração da descolonização, a partir do olhar dos movimentos sociais e dos ativismos políticos na África lusófona – em particular, Angola e Moçambique – e em Lisboa. Através de vozes e perspectivas anti-hegemônicas, procuro explorar contextos e movimentos locais de retrospectiva crítica em torno das consequências da descolonização, em função das trajetórias políticas pós-coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: descolonização; memória; política; crítica; decolonialidade; resistência.

Decolonising decolonisation: exploring civic activist perspectives on postcolonial trajectories in Angola and Mozambique. This text seeks to reflect on public politics of the commemoration and celebration of decolonization, from the perspective of social movements and political activism in Lusophone Africa – especially Angola and Mozambique – and in Lisbon. Drawing on anti-hegemonic voices and perspectives, I seek to explore local contexts and movements of critical retrospective reflection on the consequences of decolonization, based on postcolonial political trajectories.

KEYWORDS: decolonization; memory; politics; critique; decoloniality; resistance.

<https://doi.org/10.31447/44071> | e44071

RUY LLERA BLANES

Descolonizar a descolonização: explorando perspectivas cívicas ativistas sobre trajetórias pós-coloniais em Angola e Moçambique

COMO SE “CELEBRA A DESCOLONIZAÇÃO”?

A efeméride dos 50 anos da descolonização do antigo “ultramar” português em África constitui não só um momento de festejo de processos de democratização e justiça, mas também uma oportunidade de exploração crítica do “registo histórico”, isto é, das memórias públicas que são construídas em torno dos processos de descolonização, assim como das diversas instâncias de reavistação, reinterpretação e contestação que acompanham a construção dessas memórias. Deste ponto de vista, um movimento decolonial de descentralização das perspectivas convencionais sobre a descolonização permite complexificar a reflexão sobre “o que foi a descolonização”, em particular explorando o intervalo entre o acontecimento propriamente dito e a efeméride. Ou, por outras palavras, permite desenvolver o que apelidamos, a partir de uma proposta de Marinho de Pina, de “descolonização da descolonização”. Num texto recente, Pina (2024) argumenta sobre a necessidade de “descolonizar a descolonização”, no sentido de apontar a leviandade com que o verbo “descolonizar” se tem aplicado, atingindo o carácter de *omnibus* nos debates académicos e políticos. Também aponta para a necessidade de reconhecer o “projeto de descolonização” como oriundo das mesmas estruturas que outrora navegaram o colonialismo, agora revestidas de novas epistemologias – dos missionários aos cooperantes, das igrejas às ONG. A partir desta observação, levantam-se dois problemas: o esvaziamento do conceito, e a inutilidade do ato. Talvez isto aconteça pelo facto do mesmo conceito abranger processos sociais heterogéneos – movimentos de luta e resistência, e movimentos de domesticação da história – e é a sensibilidade das ciências sociais a esta heterogeneidade que este texto procura interrogar e instigar.

Este texto tem como enfoque as perspectivas dos movimentos sociais e dos ativismos políticos na África lusófona (em particular Angola e Moçambique) e dos movimentos de intervenção em torno da descolonização em Portugal. A partir destes pontos de vista, proponho explorar contextos de retrospeção contestatária que se ocupam do intervalo histórico entre a data passada das independências africanas (1975) e a data presente (2025) de celebração dos 50 anos das mesmas, para assim problematizar e complexificar a memória oficial em torno da história da descolonização. Procuro dar voz a diferentes argumentos contestatários oriundos das sociedades civis angolana e moçambicana, que questionam narrativas mais hegemónicas e “limpas” da descolonização, e que transformam em contestação política a crítica a essas narrativas. Para o fazer, proponho um itinerário que permita mapear tanto o seu espaço de reconhecimento e crítica epistemológica, como o seu espaço de ação política.

DA RETROSPEÇÃO AO RECONHECIMENTO

Numa altura em que vários países africanos lusófonos celebram os 50 anos da sua independência, observam-se nesses países vários movimentos cívicos de contestação social em torno dos regimes resultantes dos processos de descolonização da década de 1970. A contestação à direção dos partidos que se perpetuaram no poder nas décadas que se seguiram – em particular, o MPLA em Angola e a FRELIMO em Moçambique – reflete um descontentamento evidente em relação à evolução social e política pós-colonial em ambos os países. Deste ponto de vista, para além do ano de independência, Angola e Moçambique partilham paralelismos conhecidos: a transição para regimes socialistas de partido único marcados por guerras civis, seguidos por reformas estruturais na década de 1990 que implicaram mudança de regime, embora mantendo como protagonistas os mesmos partidos da independência, estruturados em torno de projetos autoritários e extrativistas.

Tendo em conta esta trajetória histórica, os protestos pós-eleitorais que se verificam na sequência das eleições de outubro de 2024 em Moçambique, tal como os ativismos antigovernamentais que se têm verificado em Angola nos últimos anos, não configuram apenas protestos concretos contra a situação atual. Antes pelo contrário: eles incorporam uma dimensão diacrónica relevante, implicando um reconhecimento histórico e uma anamnese de uma longa história de opressão, desigualdade, imposição e, de forma muito carnal, de sofrimento para a maioria dos/as cidadãos e cidadãs africanos/as. Foi o que aconteceu em Angola com o chamado movimento “Revú”, o qual, no âmbito das suas lutas por democracia e direitos humanos no país, lutou

igualmente por um “arquivo” e uma “exposição” da repressão e violência estatal desde a independência (Blanes 2016, 2023). Foi também o que aconteceu em Moçambique, com as greves e protestos urbanos que contestaram a produção política da autoridade da FRELIMO desde os anos 2000 (Bertelsen 2016, 2022). Desta perspetiva, estes movimentos contestatários constituem-se como processos “descolonizadores da descolonização”, pela intervenção que fazem na narrativa oficial da luta de libertação, e pela deteção do fracasso social e político do regime pós-colonial.

Em última instância, estes movimentos integram um contexto mais abrangente e longitudinal de reflexão em torno do ato político de descolonização, iniciado ainda antes das independências dos países africanos lusófonos. Referimo-nos aqui aos avisos pioneiros de Mehdi Ben Barka em *The Revolutionary Option in Morocco* (1962), de Jean-Paul Sartre em *Colonialisme et néocolonialisme* (1964) e de Kwame Nkrumah em *Neo-Colonialism, The Last Stage of Imperialism* (1965), que serviram de inspiração para a problematização que vários autores contemporâneos têm vindo a elaborar em torno da condição pós-colonial ao longo da sua extensão pela história (Mbembe 2001). Um dos ângulos mais explorados a este respeito foi o da economia política, situando o pós-colonial no contexto de processos globais de capitalização e neoliberalização (Amin 1991; Wallerstein 2004). Aqui, o debate em torno da “forma neo-colonial” permitiu reconhecer processos de dominação que não passam já pela clássica formulação política de “colónia”, mas também por uma lógica de imperialismos económicos ou hegemonias indiretas *à la Françafrique*.¹ Como veremos mais adiante, a continuação deste debate nas sociedades civis africanas explorará a ideia de colonização de recursos e controlo autoritário “desde dentro” (Lopes, 2011; Gomes e Abreu, 2019; para o caso de Angola e Moçambique, ver, por exemplo, Carvalho, 1995; Oliveira, 2015; Schubert, 2017; Catsossa, 2021; Mabeko-Tali, 2023; Fernandes et al., 2024).

Outras análises focaram a condição de cidadania num contexto de violências políticas (Bayart, 1981; Mamdani, 2018; Comaroff e Comaroff, 2001; Mbembe, 2001; Shivji, 2009); e outras ainda exploraram dimensões mais filosóficas e epistémicas (Ndlovu-Gatsheni, 2013). Ao mesmo tempo, estes atos de desconstrução reflexiva da descolonização não se resumiram ao pensamento académico. Encontramo-los também, por exemplo, em movimentos artísticos como o “Africa Remix” (Njami, 2005); ou o incipiente movimento Afro-futurista de base africana (Steingo, 2017); ou ainda (e sobretudo) em movimentos rap e hip hop, em Angola (Lázaro e Silva, 2016; Blanes, 2023),

1 A expressão refere-se às relações entre França e as suas antigas colónias, normalmente descrita como uma forma de neocolonialismo ou, na melhor das hipóteses, de *soft power*.

Moçambique (Pöysä e Rantala, 2018; Siteo, 2018) e noutros países (Martins e Canevacci, 2018).

DO RECONHECIMENTO À CONTESTAÇÃO

No meu entender, estas formulações críticas passaram largamente despercebidas nos debates públicos sobre a descolonização em Portugal nas últimas décadas. Estes debates têm estado mais focados no trauma gerado pelas sequelas da guerra ou, ainda, pelo drama dos retornados (ver, por exemplo, Peralta, 2022; Rodrigues, 2024), revelando um interesse limitado pelas trajetórias pós-coloniais africanas (mas ver Cardina e Martins, 2019). Contudo, em Angola e Moçambique, essas formulações contestatárias constituíram uma contribuição académica e artística substantiva para uma reflexão mais abrangente sobre a descolonização, a qual tem tido lugar nas ruas de cidades como Luanda e Maputo, Benguela e Beira, etc. Esta reflexão, embora transversal às cinco décadas de independência, teve um momento-chave na onda de protestos da chamada “Primavera Árabe”, que ocorreu na década de 2010 no Norte de África e Médio Oriente, e que permitiu, através de um reconhecimento das possibilidades de mobilização e reivindicação social em contextos autoritários africanos, uma tradução da reflexão crítica em estratégias concretas de luta política (Honwana, 2019).

No caso de Angola, a contestação cívica que surgiu na sequência da Primavera Árabe acabou por se traduzir num movimento social específico, entretanto chamado de “Revú”, emergente a partir de 2011, e que pude estudar em profundidade na última década (Blanes, 2023). Este movimento formulava claramente a sua crítica ao então presidente José Eduardo dos Santos através da ideia de “neocolonialismo”, que não só remetia para a definição clássica do termo enquanto controlo indireto e exploração externa de países nominalmente independentes (as grandes empresas portuguesas, brasileiras, chinesas, francesas e outras a operar em Angola com o conluio da governação), mas também e especificamente para uma lógica de “ocupação” e “extração” veiculada por agentes parasíticos. Estes agentes parasíticos não eram o típico operador estrangeiro “petrocapitalista” (Hodges, 2001) a trabalhar na sombra, mas sim os próprios integrantes da oligarquia governativa angolana, que sistematicamente aproveitavam a riqueza dos recursos do país para benefício próprio (Blanes, 2019a).

Este reconhecimento de um “estado neocolonial” no MPLA estabelecia paralelismos com o anterior projeto colonial português através de uma série de características (“invasão externa”, extração e parasitismo, vigilância e controlo, discriminação e racismo, corrupção e nepotismo). Possuía, por isso, uma dimensão de “retorno”, tal como explorara Ramon Sarró (2018) na sua

discussão em torno da relação entre pessoa e história; caracterizava-se por sensações e ideias de circularidade, repetição, replicação (Blanes, 2019b). Para o caso de Angola, é ilustrativo o próprio conceito de “revolução” e a sua trajetória histórica desde os anos da luta de libertação até à sua incorporação no ativismo político contemporâneo. Com efeito, se o conceito de revolução e o *ethos* revolucionário marcou a epistemologia da identidade pós-colonial angolana, a adoção desses mesmos conceito e *ethos*, 40 anos depois, por parte de um movimento crítico do regime, foi objeto de perseguição e criminalização pelo estado angolano (Blanes, 2023).

Desde este ponto de vista, o reconhecimento da neocolonialidade angolana também passou por um exercício decolonial, no sentido de desconstrução da narrativa da “revolução” da época de libertação e identificação das suas trágicas ironias – de resto, também exploradas na literatura através de obras como *A Geração da Utopia* de Pepetela, ou a *Teoria Geral do Esquecimento*, de José Eduardo Agualusa. Pode dizer-se, assim, que a revolução anterior “caducou”, ao ser sujeita a uma intervenção conceptual de ressignificação, tanto ao nível dos seus pressupostos e consequências, por parte de um grupo de jovens contestatários auto-intitulados de “revolucionários”.

Em suma, estas reivindicações ilustram um movimento que é tanto “descolonial” como “decolonial”, na medida em que oferecem, ao mesmo tempo, por um lado, itinerários de luta política contra uma lógica de dominação e exploração percebida como uma “replicação” de um modelo colonial; e, por outro lado, propõe caminhos de luta epistemológica contra a hegemonia de modelos interpretativos que impedem uma interpretação crítica da memória. Embora do ponto de vista da história conceptual a decolonialidade tenha uma trajetória geográfica diferente – enquanto crítica à hegemonia epistemológica eurocêntrica formulada a partir do pensamento crítico sul-americano (Quijano, 2019) – aqui encontramos-a a emergir no contexto da luta política anti-autoritária, que realiza dois movimentos: (i) localiza o “centrismo” e a colonialidade do saber da narrativa oficial, propondo existências alternativas aos modelos sociopolíticos (ou “regimes”); e (ii) combate a “colonialidade do poder” na forma política pós-colonial angolana, entendida como uma replicação de práticas coloniais portuguesas. Perguntamo-nos se, no caso de Moçambique após as eleições de Outubro de 2024, não estaremos a testemunhar processos semelhantes.

CONTESTAÇÕES DESMULTIPLICADAS

Em qualquer caso, o movimento a que chamo aqui de desconstrução da descolonização como processo político não se esgota nos movimentos sociais dos

PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). É formulado a partir de direções várias (incluindo, de forma mais abrangente, a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), verificando-se igualmente, embora com uma linguagem diferente, na ex-metrópole imperialista e colonizadora. Do ponto de vista histórico, no que diz respeito especificamente aos PALOP, Portugal teve uma relação complexa e ao mesmo tempo ambígua com o seu passado colonial (Cardina e Martins, 2018; Cabecinhas, 2019), durante anos marcada por silenciamento, trauma, dor, e amnésia, seja da parte de antigos colonos (retornados), seja da parte de ex-militares da “guerra colonial”. Aqui, como referimos acima, combinaram-se nostalgias imperiais com sentimentos de traição pela condução do processo político (Antunes 2022; Peralta 2022; Peralta e Góis 2022). Desde este ponto de vista, o debate sobre a descolonização é atravessado por uma clivagem política entre esquerda e direita, veiculando-se argumentos temporalizantes, no sentido de invocar nostalgias (Vecchi 2020) tanto de corte reacionário (recordando a glória perdida e chorando as consequências da descolonização) como progressista (reafirmando o ganho social político da descolonização).

Concomitantemente, a relação social, política e cultural pós-colonial co-construída entre Portugal e os PALOP é pejada de reconhecimentos mútuos, familiaridades, silêncios e incomodidades (Cabral 2022). É ativamente cultivada na dimensão diplomática e as suas vertentes política, económica, de desenvolvimento e cultural, ilustrada pela circulação incessante de ideologias de “lusofonia”, onde o pretexto da língua comum permite uma infraestrutura político-económica industrializada (Ribeiro 2018). Um exemplo desta produtividade foi o lançamento em 2011 do “hino à união das culturas lusófonas” patrocinado pela TAB, intitulado “De Braços Abertos”, contando com figuras da cena cultural tais como Mariza, Paulo Flores e Roberta Sá (Vanspauwen e Sánchez, 2019).

Para além dessa *performance* celebratória, o espaço “lusotópico” (Cahen e dos Santos, 2018; Cabral, 2022) propiciou entendimentos diversos em torno da ideia de descolonização, em algumas instâncias mediados pela especificidade do campo sociopolítico português, um campo móvel de recorrente “atrito da memória” (Cardina, 2023). Aqui, a memória da guerra partilha o campo contestado em torno dos “problemas” da imigração, o multiculturalismo e a “identidade”, o racismo e a xenofobia, e ideologias de in/segurança – formulados a partir de uma ideologia e mobilização concreta (os partidos e movimentos de extrema-direita e neonazis). No entanto, e felizmente, a intervenção crítica em torno da descolonização não termina aí.

Neste contexto, pode-se dizer que a descolonização em Portugal continua ativamente pejada de “detritos imperiais” (Stoler, 2013), sob a forma não só

de ativismos políticos de identidade, memória e reconhecimento – dos afro-descendentes à negritude – como de intervenções patrimoniais artísticas e académicas de investigadores engajados na contestação de hegemonias narrativas de memória, legado e património do colonialismo. Aqui, o campo das ciências sociais tem vindo a explorar os detritos de forma produtiva, questionando políticas públicas, curadorias, memorializações, exposições (ver, por exemplo, Pereira, 2020; Roque M., 2020; Roque R., 2020; Goes, 2022; Peralta, 2022; Cardim, 2023). Deste ponto de vista, 10 anos depois da celebração dos 40 anos da descolonização, continuamos, através da desestabilização da memória oficial, a fazer o trabalho de “dizer adeus ao Império” (Rosas, Machaqueiro, Oliveira, 2015). No que toca às intervenções artísticas, o campo é efervescente e polémico, desde a celebração luso-angolana do kuduro (Epalanga, 2018; de la Barre, 2019) às reflexividades de Grada Kilomba (2019) aos problemas levantados pelo projeto “Plantação”, a homenagem da associação Djass e de Kiluanji Kia Henda através do memorial às pessoas escravizadas previsto para o Campo das Cebolas em Lisboa, mas que aguarda “luz verde” desde 2019. Ao mesmo tempo, o debate sobre reparações e a necessidade de descolonizar os museus portugueses continua em curso, com conclusão incerta (Roque M., 2020; Roque R., 2020; Ferreira e Godinho, 2022; Goes, 2022).

Portanto, embora de forma diferente daquela observada em Angola e Moçambique, observamos em Portugal um processo decolonial em torno da memória coletiva. Neste campo de interação contemporâneo, as intervenções académicas e ativistas juntamente contribuem para refletir sobre o que é a “descolonização”. Esta última emerge aqui como um “ativo presente”, participando da estruturação do campo político e social em torno de problemas de raça/racismo, convivialidade/xenofobia, etc. Neste contexto, talvez um olhar plural e descentralizado sobre o conceito “descolonizar”, descobrindo a sua implantação social diversa e fraturada (mas por vezes conexa) através de geografias diversas, nos permita ao mesmo tempo olhar para a descolonização como um espaço de intervenção ativista e de desconstrução epistémica (Henriques, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. (1991), *L'empire du chaos. La nouvelle mondialisation capitaliste*, Paris, Harmattan.
- ANTUNES, M. J. L. (2022), "A crack in everything: violence in soldiers' narratives about the Portuguese colonial war in Angola". *History and Anthropology* 33 (5), pp. 611-30. <https://doi.org/10.1080/02757206.2020.1786381>.
- BAYART, J.-F. (1981), "Le politique par le bas en Afrique noire. Question de méthode." *Politique africaine* 1 (1), pp. 53-82.
- BLANES, R. L. (2016), "A febre do arquivo. O 'efeito Benjamin' e as revoluções angolanas." *Práticas da História* 3, pp. 71-92. <https://doi.org/10.48487/pdh.2016.n3.23073>.
- BLANES, R. L. (2019a), "Austerity en Route, from Lisbon to Luanda." *Focaal* 83 (1), pp. 37-50. <https://doi.org/10.3167/fcl.2019.830104>.
- BLANES, R. L. (2019b), "The good and the bad of the same: on the political value of historical repetition in Angola." *History and Anthropology* 30 (2), pp. 212-25. <https://doi.org/10.1080/02757206.2018.1547899>.
- BLANES, R. L. (2023), *A Revolução Angolana no Século XXI. A Dissidência Política na Angola do Pós-Guerra*. Lisboa, Tinta-da-China.
- CABECINHAS, R. (2019), "Luso(A)fonias: memórias cruzadas sobre o colonialismo português." *Estudos Ibero-Americanos* 45 (2), pp. 16-25. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.2.32857>.
- CABRAL, J. P. (2022), *Transcolonial*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CAHEN, M., Dos santos, I. (2018), "Lusotopie, lusotopy. What legacy, what future?" *Lusotopie* 17 (2), pp.187-203. <https://doi.org/10.1163/17683084-12341718>.
- CARDIM, P. (2023), "Reassessing the Portuguese imperial past: scholarly perspectives and civic engagement." *Journal of Lusophone Studies* 8 (1), pp. 176-206.
- CARDINA, M., MARTINS, B. S. (eds.) (2018), *As Voltas do Passado: A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*. Lisboa, Tinta-da-China.
- CARDINA, M., MARTINS, B. S. (2019), "Memorias cruzadas de la guerra colonial portuguesa y las luchas de liberación africanas: del Imperio a los Estados poscoloniales." *Éndoxa* 44 (44), pp.113-34. <https://doi.org/10.5944/endoxa.44.2019.24347>.
- CARDINA, M. (ed.) (2023), *O Atrito da Memória. Colonialismo, Guerra e Descolonização no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Tinta-da-china.
- CARVALHO, R. D. (1995), "O futuro já começou? Transições políticas e afirmação identitária entre os pastores kuvale (herero) do Sudoeste de Angola." *Lusotopie* 2 (1), pp. 221-237.
- CATSOSSA, L. A. (2021), "Globalização do capitalismo extrativista, recursos naturais e o neocolonialismo na África: desafios e perspectivas para Moçambique." *Revista Entre-Lugar* 12 (23), pp. 310-55. <https://doi.org/10.30612/el.v12i23.14816>.
- COMAROFF, J. e J. COMAROFF (2001), "Naturing the Nation: Aliens, Apocalypse and the Postcolonial State". *Journal of Southern African Studies* 27 (3), pp. 627-651.
- DE LA BARRE, J. (2019), "Sampling Lisbon: Kuduro and the Lusophone Imagination". *Journal of Popular Music Studies* 31 (1), pp.109-130.
- EPALANGA, K. (2018), *Também os Brancos Sabem Dançar*, Lisboa, Caminho.
- FERNANDES, M. C. R., BOUBAKAR, N. K., ABREU, C. V. P. (2024), "No fio da fronteira: reatualizando o diálogo sobre a inclusão da história, da cultura e das línguas nacionais de Angola no currículo oficial de ensino". *Latitude* 18 (1), pp. 30-47.

- FERREIRA, M. L. M., GODINHO, P. (2022), “Introdução. Patrimônios difíceis e políticas públicas de memória: descolonialidades, redemocratizações e democracias em risco.” *Lusotopie* XXI (1), 1-10. DOI : <https://doi.org/10.4000/lusotopie.4927>
- GOES, D. (2022), “A iconoclastia contemporânea: o antirracismo entre a descolonização da arte e a (re)sacralização do espaço público.” *Comunicação e Sociedade*, 41, pp. 105-129.
- GOMES, C. A., ABREU, C. (eds.) (2019), *African Citizenship Aspirations: As Time Goes By or How Far Till Banjul*, 1st edition, Abingdon, Routledge.
- HENRIQUES, I. C. (2020), *A Descolonização da História: Portugal, a África e a Desconstrução de Mitos Historiográficos*, Lisboa, Caleidoscópio.
- HODGES, T. (2001), *Angola: From Afro-Stalinism to Petro-Capitalism*, Bloomington, Indiana University Press.
- HONWANA, A. M. (2019), “Youth struggles: from the Arab Spring to Black Lives Matter & beyond.” *African Studies Review* 62 (1), pp. 8-21. <https://doi.org/10.1017/asr.2018.144>.
- [não está citado] LÁZARO, G. (2024), “Dinâmicas dos movimentos juvenis: Protestos nas ruas e contestações nas redes sociais em Angola.” *Africa Development* 49 (3). <https://doi.org/10.57054/ad.v49i3.5889>.
- LÁZARO, G., Silva, O. (2016), “Hip-hop em Angola: O rap de intervenção social.” *Cadernos de Estudos Africanos* 31 (1), pp. 41-67. <https://doi.org/10.4000/cea.2013>.
- LOPES, A. M. H. (2011), “Neocolonialismo na África.” *Sankofa (São Paulo)* 4 (8), pp. 12-21. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88804>.
- MABEKO-TALI, J.-M. (2023), “Das ‘juventudes’ dos antigos movimentos de libertação aos ‘Revús’: Diversidade identitária do ativismo político e cívico angolano, da luta armada anticolonial ao caso dos ‘15 +2’, 1960-2015.” *Cadernos de Estudos Africanos*, 45, pp. 85-100. <https://doi.org/10.4000/cea.7974>.
- MAMDANI, M. (2018), *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- MARTINS, R., CANEVACCI, M. (eds.) (2018), *Lusophone Hip-Hop. “Who We Are” and “Where We Are”. Identity, Urban Culture, and Belonging*. Canon Pyon, Sean Kingston.
- MBEMBE, A. (2001), *On the Postcolony*, Berkeley & Los Angeles, University of California Press.
- NJAMI, S. (ed.) (2005), *Africa Remix: Contemporary Art of a Continent*, Londres, Hayward Gallery Publishing.
- NDLOVU-GTSHENI, S. J. (2013), *Coloniality of Power in Postcolonial Africa. Myths of Decolonization*, Dakar, African Books Collective.
- OLIVEIRA, R. S. (2015), *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War*, Oxford, Oxford University Press.
- PERALTA, E. (2022), “The return from Africa: illegitimacy, concealment, and the non-memory of Portugal’s imperial collapse.” *Memory Studies* 15 (1), pp. 52-69. <https://doi.org/10.1177/1750698019849704>.
- PERALTA, E., GÓIS, B. (2022), “Os inseparáveis da Huíla: comemoração e nostalgia colonial nos encontros de portugueses retornados de Angola.” *Lusotopie* XXI (2). <https://journals.openedition.org/lusotopie/6509>.
- PEREIRA, R. M. (2020), “Colonialismo, póscolonialismo e colonialidade - Lugares de memória. Para que serve um museu dos descobrimentos?” *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 60 (0), pp. 371-81.
- PINA, M. (2024), “Descolonizar a descolonização – parte 1”. *Buala*. <https://www.buala.org/pt/mukanda/descolonizar-a-descolonizacao-parte-1>.

- PÖYSÄ, A. RANTALA, J. (2018), "Who has the word? MC Azagaia's intervention into past and politics in Mozambique." In R. Martins, M. Canevacci (eds), *Lusophone Hip-Hop: 'Who We Are' and 'Where We Are': Identity, Urban Culture and Belonging*, Oxford, Sean Kingston, pp. 222-239.
- QUIJANO, A. (2019), "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina." *Espacio Abierto* 28 (1), pp. 255-301.
- RIBEIRO, A. P. (2018), "Para acabar de vez com a lusofonia", *Lusotopie* xvii (2), pp. 1-6.
- RODRIGUES, S. P. (2024), *Por Ti, Portugal, Eu Juro!* Lisboa, Tinta-da-china.
- ROQUE, M. I. (2020), "Descolonizar o museu: exposição e mediação dos espólios africanos em museus europeus." *Revista Lusófona de Estudos Culturais* 7 (2), pp. 53-71. <https://doi.org/10.21814/rlec.3110>.
- ROQUE, R. (2020), "The decolonizer iconoclast: a commentary." In A. Deumert, A. Storch, N. Sheperd (eds.), *Colonial and Decolonial Linguistics: Knowledges and Epistemes*, Oxford, Oxford University Press, pp. 212-220. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198793205.003.0013>.
- ROSAS, F., MACHAQUEIRO M., OLIVEIRA, P. A. (eds. 2015), *O Adeus Ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*, Lisboa, Vega.
- SARRÓ, R. (2018), "El retorno del eterno retorno: notas sobre la copia, la participación y la historia", *REPOCS* 15 (30), pp. 19-28.
- SCHUBERT, J. (2017), *Working the System: A Political Ethnography of the New Angola*. Ithaca: Cornell University Press.
- SITOE, T. H. (2018), "Para além de uma escolha: da música de crítica e protesto social às identidades político-partidárias em Moçambique". *Cadernos de Estudos Africanos* 35, pp. 135-48. <https://doi.org/10.4000/cea.2753>.
- SHIVJI, I. G. (2009), *Where Is Uhuru?: Reflections on the Struggle for Democracy in Africa*, Cape Town, Fahamu/Pambazuka.
- STEINGO, G. (2017), "African afro-futurism: allegories and speculations", 99-100, pp. 45-75. <https://doi.org/10.7916/D8XS7CB1>.
- STOLER, A. L. (2013), *Imperial Debris: On Ruins and Ruination*, Durham, Duke University Press.
- VANSPAUWEN, B., SÁNCHEZ, I. (2019), "'De braços abertos': A programação musical a bordo da TAP Portugal como produção inclusiva de Lusofonia?" In Lemos, M. L., Macedo, I. (eds.), *Livro de Atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia*, Braga, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp. 365-378. http://www.lasics.uminho.pt/ojs..index.php/cecs_ebooks/article/view/3104
- VECCHI, R. (2020), "A nostalgia colonial no país da saudade: fantasmagorias e pós-memória." *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani* 12 (2), pp. 169-81. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12175>.
- WALLERSTEIN, I. (2004), *World Systems Analysis. An Introduction*, Durham e Londres, Duke University Press.

Recebido a 20-12-2024. Aceite para publicação a 29-06-2025.

BLANES, R. L. (2025), "Descolonizar a descolonização: explorando perspectivas cívicas ativistas sobre trajetórias pós-coloniais em Angola e Moçambique". *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44071. <https://doi.org/10.31447/44071>.

Ruy Llera Blanes » ruy.blanes@iscte-iul.pt » CRIA, Iscte-IUL » Avenida das Forças Armadas — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-7547-8920>.
